CISION

ID: 34944964

Público

10-04-2011

Tiragem: 49454
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 33
Cores: Cor
Área: 29,32 x 17,62 cm²
Corte: 1 de 1

Uma liderança responsável tem que prometer sangue, suor, lágrimas... e um horizonte de futuro, enquanto negoceia

Portugal não é a Argentina... ainda

Andrés Malamud

Entre 1991 e 2001, a Argentina foi a menina-dos-olhos dos organismos financeiros internacionais. Com um plano económico heterodoxo, o país conseguiu ultrapassar duas hiperinflações, estabilizar a moeda e modernizar a sua estrutura produtiva. A chave do sucesso consistiu em colar a moeda local, o peso, ao dólar, renunciando à política monetária em troca de credibilidade. Porém, o custo desta decisão manifestou-se numa sobrevalorização cambial, que levou ao défice comercial e fiscal e ao subsequente endividamento público. Em 1999 a situação começou a tornar-se insustentável e o Governo teve que implementar, uma atrás de outra, várias políticas de ajustamento. Perante a crescente inquietação dos mercados, pediu-se ajuda externa ao FMI e aos governos amigos. Nada disto bastou: em Dezembro de 2001, no meio de graves distúrbios sociais, o Estado argentino declarou o maior *default* da dívida soberana na história e, a seguir, desvalorizou finalmente o peso. Nos meses seguintes, o desemprego disparou, a inflação ressuscitou e a metade das 24 províncias tiveram que emitir moeda própria para fazer face às suas obrigações fiscais. O PIB reduziu-se mais de 20% nos quatro anos que durou a crise. Portugal ainda não atingiu este ponto, mas está no mesmo trilho. A boa notícia é que, dois anos após o colapso, a Argentina ressaltou no fundo e desde 2003 cresce a uma média de 7% anual. Há vida para além da tragédia, mas primeiro está a tragédia.

Dois anos após o colapso, a Argentina ressaltou no fundo e desde 2003 cresce a uma média anual de 7%. Há vida para além da tragédia, mas primeiro está a tragédia

A crise portuguesa tem uma dimensão local e outra europeia. A local manifesta-se na febre despesista que apanhou um país que produz pouco e exporta menos. A europeia, que enquadra a anterior, deriva da sobrevalorização do euro. Portugal, como a Irlanda, a Grécia e a Espanha, tem a mesma moeda que a Alemanha desde há uma década. Em consequência, contraiu empréstimos à mesma taxa que o gigante europeu e os portugueses começaram a gastar como se fossem alemães. Mas nunca produziram como alemães, pelo que o gasto se tornou défice, e o défice, dívida. Quando os credores se deram conta, começaram a exigir taxas mais altas para financiar um Estado potencialmente insolvente. E a bolha rebentou.

Num artigo recente, Paul Krugman pergunta-se se era tão inesperado o colapso que se avizinha. Segundo ele, a resposta é não: Krugman afirma que muitos economistas observam os males europeus e sentem que já viram este filme, dez anos atrás - precisamente, na Argentina. A seguir propõe quatro saídas para a crise: três delas são exequíveis mas muito dolorosas, enquanto a quarta é mais suave mas sumamente improvável. Ele chama à primeira *endurecimento*, à segunda *reestruturação da dívida*, à terceira *full Argentina* e à quarta *europeísmo ressuscitado*. A primeira visa evitar o *default* e a desvalorização mediante um ajustamento a fundo para recuperar competitividade, reduzindo salários e aumentando o desemprego: é o que fizeram os países bálticos. A segunda é o *default*: trata-se de reprogramar o montante e calendário da dívida - leia-se incumpri-la, o que é complicado, porque os principais credores são os bancos alemães e franceses que não gostam da ideia. A terceira é o *default* mais a desvalorização, como fez a Argentina - e a Islândia - mas que, no caso de Portugal, implicaria a saída do euro. Finalmente, a única opção que não exige passar pelo inferno consiste no federalismo europeu: que a Alemanha pague para salvar os países em situação de bancarrota, assim como Nova Iorque paga pelo Nevada. Qual seria o custo do resgate? Alimentar a inflação na Alemanha. Há dois obstáculos para este cenário: o primeiro é que o eleitorado alemão foge da inflação como da peste, e o segundo que o seu Tribunal Constitucional dificilmente autorizará um resgate que a Constituição proíbe. Além do mais, o resgate para uma economia hoje insustentável como a portuguesa não se limitaria a um pacote extraordinário mas a uma transfusão permanente.

MARTIN ACOSTA/REUTERS

Que a ajuda externa é inevitável era algo que os analistas sabiam há muito tempo. A reestruturação da dívida é igualmente inevitável. A saída do euro ainda não, mas é altamente provável. No longo prazo, isso permitirá ao país recuperar uma competitividade hoje inexistente; no curto, será um golpe tremendo na economia e na auto-estima nacional. Por isso, uma liderança responsável tem que prometer sangue, suor, lágrimas... e um horizonte de futuro, enquanto negoceia com os parceiros externos as condições da reestruturação e da eventual saída do - e posterior reingresso no - euro, como sugerira há pouco o economista Dani Rodrik.

No espelho argentino, os portugueses podem vislumbrar duas coisas: que a queda é mais funda do que parece, mas também que a recuperação pode ser rápida. A negação do problema conduz à via japonesa: décadas de estagnação, mas num patamar de riqueza inferior, com menos coesão social e mais dependência externa que o Japão. Pior, só um *tsunami*. *Politólogo, Instituto de Ciências Sociais*